

GUARANI E KAINGANG NO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA: ARQUEOLOGIA X AGRONEGÓCIO¹

Neide Barrocá Faccio (FCT/UNESP/SP)

Palavras-chaves: Arqueologia Guarani; assentamentos arqueológicos; agronegócio sucroalcooleiro.

Introdução

Os estudos arqueológicos dos Povos Indígenas Guarani e Kaingang no Planalto Ocidental Paulista evidenciam uma longa continuidade cultural e temporal dessas comunidades, atestada por vestígios dos assentamentos nas camadas estratigráficas do solo, na forma de artefatos, de estruturas de atividades, da forma de implantação – inclusive com possibilidade de datação. Esta pesquisa se baseia nas características das cerâmicas arqueológicas e nos padrões de assentamentos - que são importantes marcadores culturais – além das datações das cerâmicas.

No contexto contemporâneo, observa-se que esses territórios ancestrais indígenas seguem sob intensa pressão, principalmente da monocultura da cana-de-açúcar que se espalha pelo Planalto Ocidental Paulista, grande porção do Centro e Oeste do Estado de São Paulo (cf. Figura 1). A expansão do agronegócio sucroalcooleiro se dá em áreas de territórios ancestrais indígenas, nos quais, muitas vezes, se realiza a Arqueologia de Contrato - por imposição da legislação ambiental, respaldada pela Instrução Normativa IPHAN nº 6/2026.

Os Guarani no Planalto Ocidental Paulista

Pesquisas arqueológicas realizadas no âmbito do Museu de Arqueologia Regional-MAR da FCT/UNESP demonstram a existência de assentamentos arqueológicos Guarani² localizados próximos aos grandes cursos d'água, como o Rio

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

² A equipe do MAR discute adotar expressões como assentamentos arqueológicos e Aldeias Arqueológicas como contraponto a uma visão reducionista da arqueologia mainstream, que nomeia esses locais como sítios arqueológicos.

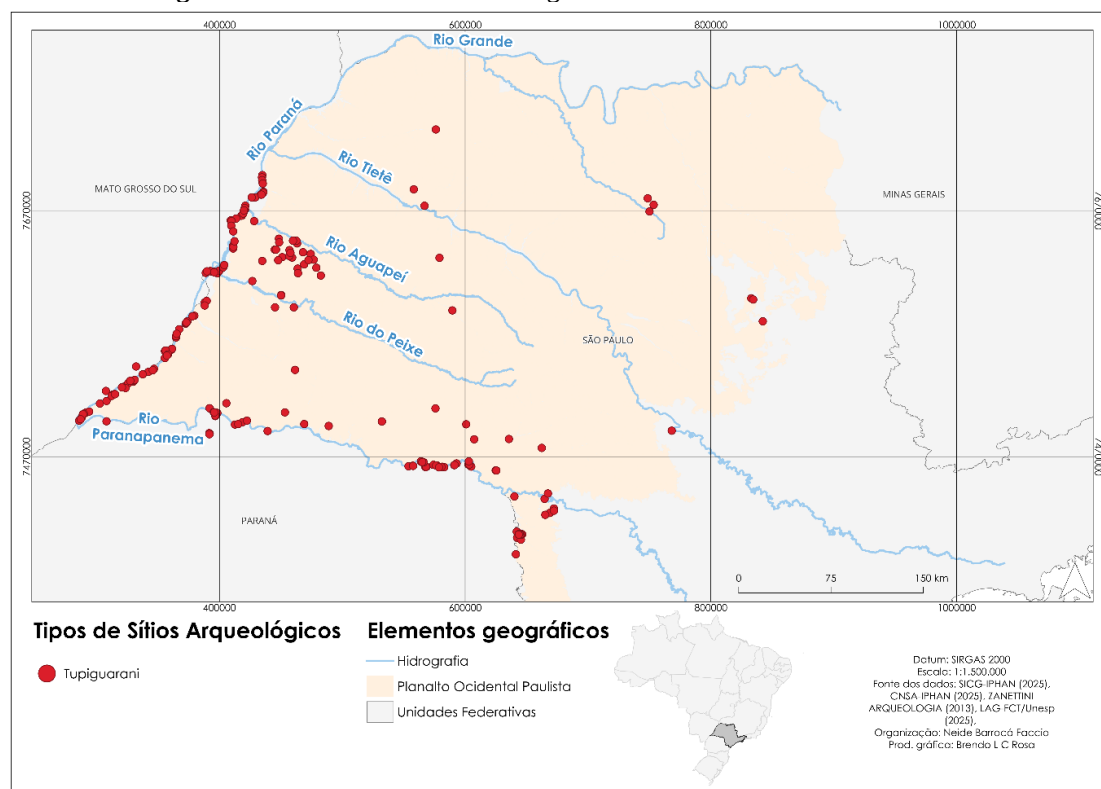
Paranapanema, o Rio Paraná e o Rio Tietê (Faccio, 1992, 1998, 2011; Faccio *et al.*, 2022). Essas pesquisas ainda detectaram, no Oeste Paulista, Assentamentos Guarani menores, em área e número de artefatos, longe desses grandes rios e próximos aos seus afluentes, mas principalmente entre os Rios Aguapeí e Peixe.

As análises empreendidas pela equipe do MAR nas grandes Aldeias Arqueológicas Guarani se restringem a seis localizadas próximas às margens do Rio Paranapanema, lado Paulista - Sítio Aguinha, Sítio Pernilongo; Sítio Ragil, Sítio Ragil II; Sítio Capisa e Sítio Lagoa Seca (Faccio, 1998) - e a duas localizadas próximas às margens do Rio Paraná - Sítios Tziu e Lagoa São Paulo II (Silva, 2022). Essas aldeias arqueológicas foram denominadas de grande porte.

As análises para os Sítios Arqueológicos Guarani de pequeno porte são respaldadas no estudo de assentamentos localizados fora das áreas tradicionalmente associadas aos grandes rios de São Paulo (Faccio, 1992, 1998, 2011, 2019; Rodrigues, 2007; Faccio *et al.*, 2022). Tais sítios caracterizam-se por ocuparem um espaço menor, além de apresentarem menor número de artefatos ou manchas pretas, quando comparados às grandes Aldeias Guarani. Esses estão localizados próximos aos afluentes dos Rios Paraná, Paranapanema e Tiete. A pesquisa nesses sítios de pequeno porte está em andamento – sendo sua finalização prevista para fevereiro de 2027.

Neste trabalho, pretendemos analisar alguns casos de aldeias arqueológicas Guarani, com o objetivo de, no futuro, analisar todos os casos de assentamentos arqueológicos Guarani do Planalto Ocidental Paulista para discutir e apresentar as possíveis tipologias de assentamentos do Sistema Regional de Assentamento Guarani nessa área. A **Figura 1** mostra os Assentamentos Guarani registrados no Planalto Ocidental Paulista.

Figura 1: Assentamentos Guarani registrados no Planalto Ocidental Paulista



A partir da Figura 1, tem-se que aldeias de grande porte foram estudadas próximas às margens do Rio Paranapanema (seis casos) e próximas as margens do Rio Paraná (dois casos). Esses estudos foram realizados ao longo dos últimos 40 anos. Os assentamentos de pequeno porte são os distantes dos Rios Paraná e Paranapanema, ao longo de seus afluentes.

Nesse momento da pesquisa não podemos aferir sobre os locais de maior concentração dos assentamentos Guarani, pois não foram realizadas pesquisas arqueológicas sistemáticas para toda a área do Planalto Ocidental Paulista. Por outro lado, podemos afirmar que por toda parte deste imenso território, onde quer que pesquisas tenham sido realizadas, foram registradas grandes concentrações de assentamentos arqueológicos Guarani.

Analisando a Figura 1 verifica-se, ainda, que em toda margem paulista do Alto Rio Paraná, na sua metade Sul, existe uma grande concentração de assentamentos arqueológicos Guarani. Esses sítios foram prospectados no âmbito do Projeto Porto Primavera, sendo parte deles resgatados ou parcialmente resgatados, como são os casos dos Sítios Arqueológicos Lagoa São Paulo 2 e Tiziu.

Para análise neste trabalho, focaremos nos Sítios Arqueológicos evidenciados no Município de Ipeê/SP: Aguinha, Pernilongo; Ragil, Ragil II; Capisa e Lagoa Seca –

todos nas margens do Rio Paranapanema e cujos registros arqueológicos foram impactados pela inundação decorrente da construção da Usina Hidrelétrica da Capivara, no ano de 1974. A formação do Lago da Capivara aconteceu sem que o resgate dos sítios arqueológicos fosse realizado. A água do lago inundou as áreas dos sítios, deixando-os submersos. Mas, em alguns meses de alguns anos (em função do regime hidrológico de décadas), ficam em faixa de depleção.

Os Sítios Lagoa Seca, Pernilongo e Aguinha, em alguns períodos de seca, ficam com apenas parte emersa. O único sítio que possui parte de sua área o ano todo fora da influência dos avanços e recuos do lago da UHE da Capivara, é o Ragil. Na área dos seis sítios de Iepê, lidamos, em todos os casos, com apenas parte dos sítios.

Todos esses seis Assentamentos Guarani, evidenciados em área de plantio e pastagens, constituíam-se em aldeias de grande porte. O estado de conservação das cerâmicas é bom, principalmente quando resgatadas logo após o nível do Lago da UHE da Capivara baixar. Em todos os assentamentos resgatamos vasilhas Guarani inteiras, parcialmente inteiras ou que permitiram a reconstituição da forma a partir de fragmentos de borda e de base.

Verificamos que cerâmicas com queima baixa ficam muito frágeis depois de quase três décadas emersas na área do lago. Na continuidade das pesquisas, pretendemos de nos dedicar a estudos relacionados à dureza e resistência da cerâmica dos sítios cerâmicos Guarani de Iepê, com auxílio do laboratório de cerâmica da FCT/UNESP.

Os sítios localizados na área do Lago da UHE da Capivara têm o registro arqueológico imerso na água. Por isso, o sedimento presente sobre as tampas das urnas funerárias fica mais pesado, ao mesmo tempo em que água e sedimentos entram no interior da urna. Depois de preenchido o interior da tampa e da urna com sedimento, o processo pode ficar estável se uma camada de sedimento estiver sobre a peça. Contudo, o sedimento úmido dentro da vasilha e da tampa pode forçar as paredes, provocando rachaduras que são preenchidas por sedimentos. Se, em um momento posterior, a camada de sedimento sobre a urna for retirada, no processo de avanço e recuo das águas do lago, na alternância entre períodos chuvosos e períodos secos, a tampa, que já está fragmentada, será levada pela água. Na sequência, a urna começa a perder fragmentos da borda. Quando a vasilha tem altura muito maior que o diâmetro da boca, como é o caso dos yapepó, pode ocorrer das rachaduras serem no sentido mais longitudinal e, dessa forma, provocar abertura da peça. No caso de formas como o cambuchí, as rachaduras são mais irregulares. É óbvio, portanto, que se evidenciamos as vasilhas logo depois que o sedimento sobre a

tampa foi retirado, o estado de conservação é melhor. Nesse caso, elas, por vezes, não estão rachadas e, quando estão, é possível restaurá-las em laboratório.

Quando as águas levaram a tampa e pedaços da borda, em nenhum caso esses fragmentos foram encontrados; eles podem estar enterrados em pontos bem distantes, como foi o caso das peças do Sítio Lagoa Seca, evidenciadas distante 300 metros do local de origem.

O processo de retrabalhamento das margens pelas correntes de fundo destrutura o pacote sedimentar que contém, no seu interior, os registros arqueológicos. Os processos coluviais, aluviais e hídricos, desencadeados na área pelo escoamento de superfície, causam o deslocamento dos vestígios e, portanto, modificam a feição original do sítio.

Embora não queiramos, de forma alguma, defender a presença de vasilhas arqueológicas na área de lagos de hidrelétricas, é importante registrar o fato dessas vasilhas estarem em melhor estado de conservação na área do lago do que nas áreas de plantio, pastagem ou de estradas – cujo intenso trabalho produtivo mecanizado acaba por fragmentar imensamente.

Na análise do material cerâmico, as tentativas de agrupar fragmentos de superfície em conjuntos de um mesmo vaso raramente deram bons resultados nas áreas de influência de lagos de UHE, a não ser nos casos em que o nível d'água baixou rapidamente, deixando uma vasilha fragmentada praticamente na mesma posição.

Na área do lago da UHE da Capivara, certamente, estão parte dos últimos exemplares de cerâmica Guarani do Estado de São Paulo, tendo em vista, que depois da década de 1980, com o avanço da agricultura mecanizada, é muito difícil encontrar vasilhas cerâmicas indígenas inteiras nas áreas de sítios arqueológicos. O manejo do solo, não raramente, tem por consequência, processos erosivos que removem e sulcam as camadas estratigráficas que contêm vestígios de ocupações indígenas pretéritas. Por consequência, o uso do arado e do subsolador consiste, atualmente, em grande problema para a conservação de sítios arqueológicos. As urnas funerárias, pelo fato de serem enterradas muitas vezes próximas a árvores, são encontradas inteiras.

A monocultura, a pecuária e o empreendimento das usinas hidrelétricas, em áreas de sítios arqueológicos, têm causado problemas às pesquisas, pois dificultam respostas satisfatórias para questões que, nas décadas de 1960 e 1970, eram de mais simples resolução – como, por exemplo, a localização de manchas pretas na sua relação com as urnas funerárias, ou o conhecimento do contorno das vasilhas, tendo em vista que

tínhamos a área dos sítios e as vasilhas preservadas das ações do arado, subsolador e das inundações (Faccio, 2011).

Assim, se os sítios de Iepê/SP tivessem a sua proteção e resgate garantidos antes da formação do lago da UHE da Capivara (1974), conforme dispõe a Lei 3.924 (de 27 de junho de 1961), certamente hoje teríamos, sobre esses sítios, informações tão importantes como as que temos de Sítios Guarani como o Almeida ou o Alves, pesquisados por Pallestrini (1975).

Verificamos, nas áreas dos sítios arqueológicos do Município de Iepê, grande potencial de informações, mesmo conhecendo apenas partes dos sítios, pois a maior parte de cada um deles está imersa na área do Lago da UHE da Capivara - com exceção do Sítio Ragil que apresenta, como já citado, menor área imersa.

Hoje sabemos dos danos que o empreendimento da Usina Hidrelétrica da Capivara causou - e está causando - aos sítios arqueológicos de Iepê, localizados na área do seu lago. Afirmamos isso tendo em vista a riqueza dos registros arqueológicos e o fato dos sítios apresentarem registros, em quantidade e qualidade, cada vez mais raros no Estado de São Paulo, devido ao plantio da monocultura de cana-de-açúcar. Compomos equipe do ProjPar desde 1983 e, a partir de então, vimos poucos sítios com tanto potencial arqueológico como os de Iepê/SP.

O Sítio Lagoa Seca apresentou uma mancha preta de 3,5 por 7 metros e uma urna funerária com tampa, contendo outra vasilha no seu interior. Na área da mancha preta foi evidenciada uma fogueira contendo blocos de pedra e cinzas. Essas são as únicas estruturas que conhecemos da área do Sítio Lagoa Seca. O restante, certamente, está imerso nas águas do lago da UHE da Capivara, ou foram destruídos pela ação da água do lago da UHE.

O Sítio Aguinha apresentou seis urnas funerárias dispostas de forma esparsa pela área do sítio, uma mancha preta distante da área das urnas e uma fogueira contendo blocos de pedra e carvão, aparentemente longe das áreas de enterramento.

O Sítio Pernilongo apresentou quatro urnas funerárias e outras quatro vasilhas, provavelmente utilizadas também como urnas funerárias. Evidenciamos, também, adornos em resina de jatobá e em quartzo. Essas vasilhas poderiam ser usadas para, provavelmente, enterramento secundário, tendo em vista seu menor tamanho (Faccio, 2011). Ou então, para o enterramento de cabeças, como ocorreu no Sítio Itororó, em Pirapozinho/SP (Kashimoto, 1988).

O Sítio Ragil, apesar de ter sua maior parte fora da área de inundação do lago da UHE da Capivara, está coberto por pastagem. Dessa forma, apesar de termos realizado sondagens na área, não evidenciamos manchas pretas, embora estas, provavelmente, existam. Quanto ao material cerâmico deste sítio, este encontra-se muito fragmentado. Apenas um fundo de yapepó, provavelmente utilizado para enterramento, foi evidenciado, em área próxima a uma porteira e uma árvore - fato que deve ter propiciado a sua preservação, no que diz respeito ao uso de maquinários agrícolas na área. Contudo, sua metade superior certamente foi levada por máquinas tipo patrôla.

Do Sítio Capisa, totalmente imerso nas águas do lago da UHE da Capivara, não temos outras informações além dos fragmentos cerâmicos coletados por Roberto Ekman (falecido proprietário da área) antes da formação do lago da UHE Capivara.

O Sítio Ragil II, por sua vez, apresentou três manchas pretas de tamanhos diferentes. Na área de pastagem, ao fundo das manchas pretas, realizamos sondagens e evidenciamos, de forma esparsa, apenas fragmentos de cerâmica.

Do exposto, observamos que é difícil inferir as dimensões e forma dos sítios Guarani em análise, bem como o número de manchas pretas, de urnas funerárias ou de fogueiras. Contudo, essas Aldeias Guarani do Município de Iepê parecem ter grandes dimensões, porque a parte emersa dos sítios tem comprimento de mais de 500 metros.

A cerâmica Guarani da área do Vale do Rio Paranapanema apresenta rica variabilidade. São comuns os tipos liso, pintado, corrugado, inciso, escovado, mamilar, serrungulado, pontado e entalhado. A porcentagem em que ocorre cada um desses tipos varia de um sítio para o outro.

Na área dos sítios em análise, o antiplástico utilizado foi o mineral associado ao caco moído. O uso exclusivo do antiplástico mineral ocorre, sempre, numa porcentagem, menor que 7%, em vasilhas de parede fina e de pequeno tamanho. A espessura das paredes variou de 0,3 a 4,9 centímetros. A espessura do antiplástico variou de 0,1 a 0,6 centímetros. O alisamento das partes internas e externas, bem como o uso de barbotina, também foi comum nas peças dos sítios.

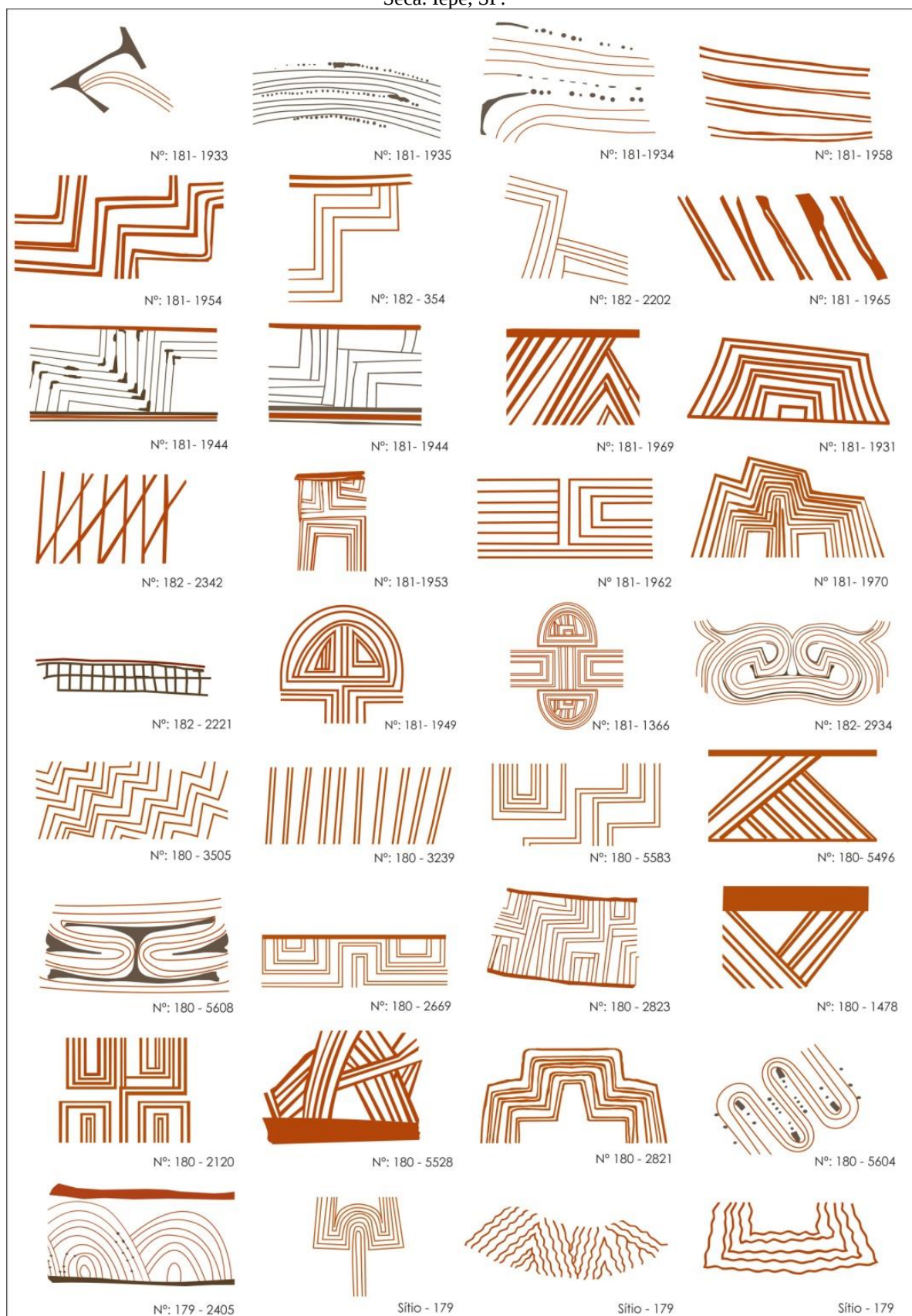
Percebemos que a cerâmica Guarani dos sítios em estudo, muitas vezes, associa o tipo simples com um ou mais tipos de decoração, configurando uma decoração zonada. As decorações pintadas são realizadas na parte interna e/ou externa das vasilhas, respeitando a forma. Os tipos pintados são policrômicos em preto, vermelho e marrom, sobre engobo branco, compostos por motivos mínimos. Uma vasilha pode apresentar um ou mais motivos mínimos, que se repetem de diferentes formas. É comum o espelhamento

nos sentidos vertical e horizontal. O tipo e quantidade de motivos mínimos variou de um sítio para o outro. Contudo, somente para três dos seis sítios guarani, conseguimos identificar os motivos mínimos. Optamos por trabalhar com motivos mínimos ao invés de fazer descrições utilizando conceitos geométricos, tendo em vista nossa suposição de que esses motivos mínimos possuem significados para os indígenas Guarani, ainda que não saibamos qual seja esse significado (**Figura 2**). As datações absolutas para a área dos sítios de Iepê/SP são relacionadas na **Tabela 1**.

Tabela 1: Datação de Sítios Guarani.
Município de Iepê, SP.

Sítio	Datas AP
Lagoa Seca	770±70
Aguinha	700±160
Pernilongo	750±110
Ragil	±1668
Capisa	850±150
Ragil II	900±180

Figura 2: Motivos mínimos da cerâmica guarani dos Sítios Arqueológicos Penilongo, Aguinha e Lagoa Seca. Iepê, SP.



As datações obtidas para os sítios Guarani do Município de Iepê estão dentro do lapso de 1000 anos. Os Sítios Capisa e Ragil II apresentam uma diferença de idade de aproximadamente 50 anos. Os motivos da decoração pintada desses dois sítios não são semelhantes. Aliás, a decoração pintada do Sítio Capisa se destaca em relação às dos demais sítios de Iepê pelo uso do preto e de faixas. Já a datação para a área do Sítio Arqueológico Ragil destoa das anteriores, indicando não haver relação entre esse sítio e os demais.

Na cerâmica dos sítios em análise, verificamos o uso da brunidura em poucos casos. Sabemos que essa é uma técnica do Povo Kaingang. Mas, também, sabemos que a cerâmica Kaingang possui espessura de parede muito mais fina que a Guarani. Dessa forma, essa brunidura pode ser não intencional.

Os Kaingang no Planalto Ocidental Paulista

Pesquisas arqueológicas realizadas no âmbito do Museu de Arqueologia Regional da FCT/UNESP demonstram a existência de assentamentos arqueológicos Kaingang localizados próximo aos afluentes do Alto Rio Paraná, áreas entre o Rio Tietê e o Rio do Peixe e, mais precisamente, no entorno do Rio Aguapeí (Faccio, 2011; Faccio, 2019; Faccio *et al.*, 2022; Rodrigues, 2017). Poucos são os assentamentos Kaingang localizados próximo às margens do Rio Paranapanema.

Nossas análises se restringem à parte desses assentamentos Kaingang, até o momento evidenciados: Quati I, Córrego do Prado, Nantes I e Nantes II (Faccio *et al.*, 2021). Os assentamentos Kaingang são menores quando comparados às grandes Aldeias Guarani, mas similares em tamanho aos assentamentos de pequeno porte do Povo Guarani. Mas, são diferentes desses assentamentos, pois os sítios Kaingang apresentam um número de artefatos em cerâmica muito menor.

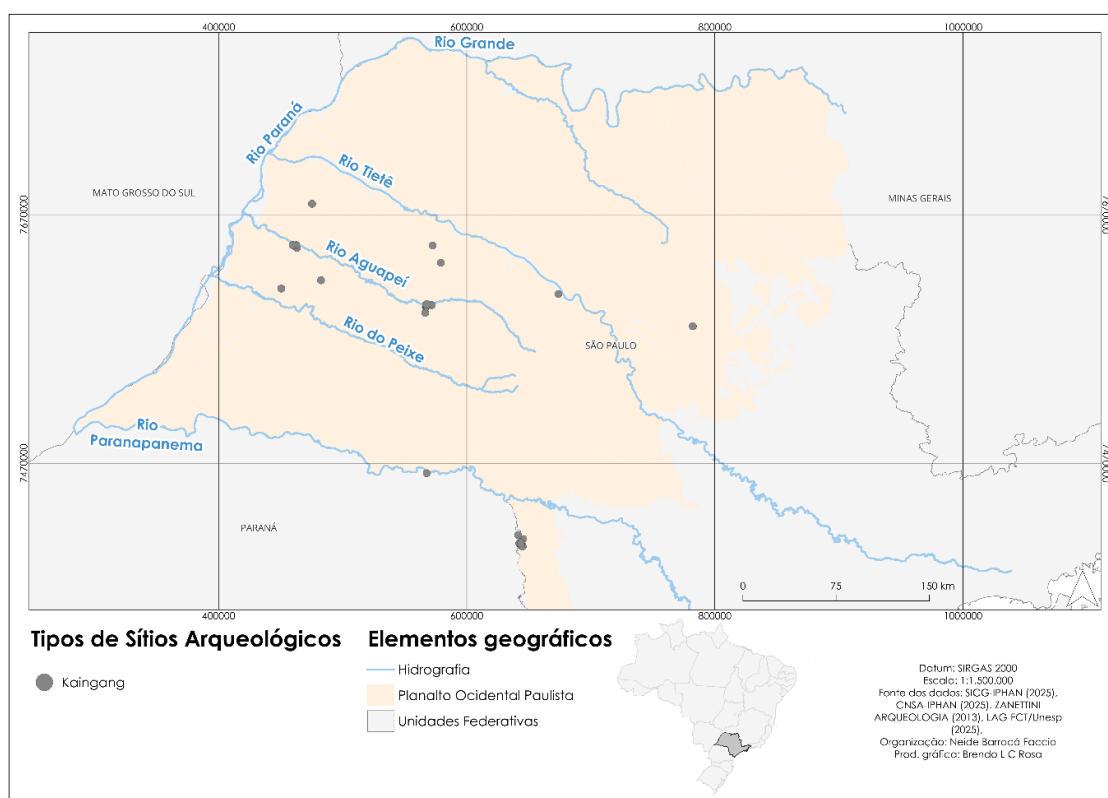
Mesmo neste momento não tendo o lítico lascado como foco de análise, é importante, no caso dos Kaingang, ressaltar a presença de grande número de líticos em seus assentamentos - enquanto, em comparação, os assentamentos Guarani de pequeno porte apresentam uma quantidade pequena de líticos lascados.

Nossas análises para os Sítios Arqueológicos Kaingang são respaldadas no estudo de quatro assentamentos localizados fora das áreas tradicionalmente de grandes cursos de água, como o Rio Paranapanema, o Rio Paraná e o Rio Tietê (Faccio, 1992,

1998, 2011, 2019; Rodrigues, 2007; Faccio et al., 2022). Caracterizam-se por assentarem-se em um espaço menor e produzirem menor número de cerâmica e maior número de líticos lascados, quando comparados as grandes Aldeias Guarani. Estamos realizando a pesquisa quantitativa, que deve estar finalizada em fevereiro de 2027.

Neste trabalho, pretendemos analisar o caso desses quatro assentamentos, com o objetivo de, no futuro, analisar todos os casos de assentamentos Kaingang do Planalto Ocidental Paulista e então conhecer mais sobre as características de cada um dos assentamentos para formular/apresentar as tipologias para o Sistema Regional de Assentamento Kaingang nessa área. A **Figura 3** mostra os Assentamentos Kaingang registrados no Planalto Ocidental Paulista.

Figura 3: Assentamentos Kaingang registrados no Planalto Ocidental Paulista.



As áreas dos Sítios Arqueológicos: Quati I, Córrego do Prado, Nantes I e Nantes II, foram impactados pela pastagem e posteriormente pelo plantio de cana-de-açúcar. O estado de conservação das cerâmicas é bom, mesmo estando fragmentadas permitem a reconstituição gráfica da forma das vasilhas.

Em nenhum dos quatro sítios resgatamos vasilhas Kaingang inteiras ou parcialmente inteiras. Os fragmentos da cerâmica Kaingang quase sempre é muito menor

se comparados com os fragmentos da cerâmica Guarani. Isso deve-se ao fato das cerâmicas Kaingang serem menores e muito mais finas.

Os Assentamentos Arqueológicos Quati I, Nantes I, Nantes II e Córrego do Prado possibilitaram, por meio dos fragmentos de borda, a reconstituição da forma de vasilhas.

A cerâmica Kaingang da área do Vale do Alto Rio Paraná Paulista apresenta rica variabilidade de formas, brunidura e com fina espessura. A espessura das paredes variou de 0,3 a 4,9 centímetros. A espessura do antiplástico variou de 0,1 a 0,6 centímetros. O alisamento das partes internas e externas, bem como o uso de brunidura, também foi comum nas peças dos sítios em análise. Na área dos sítios em análise, o antiplástico utilizado foi o mineral associado ao caco moído. Percebemos que a cerâmica dos sítios em estudo apresentam bordas características e exclusivas da cerâmica Kaingang.

A datação absoluta para a cerâmica foi realizada para a área de apenas dois desses Assentamentos Kaingang: o Sítio Nantes I apresentou 380 ± 70 AP e o Sítio Nantes II apresentou 480 ± 70 AP. Datações entre 380 ± 70 AP e 570 ± 80 AP confirmam que os Kaingang do Planalto Ocidental Paulista estão nestas terras em período anterior à chegada dos “invasores”, evidenciando a ancestralidade desses territórios (Rodrigues, 2007; Faccio et al., 2022, Tosso, 2025).

Cerâmicas arqueológicas Guarani em assentamentos Kaingang e cerâmicas Kaingang em Assentamentos Guarani, no Planalto Ocidental Paulista

Denominamos de Kaingang-Guarani, os assentamentos nos quais a cerâmica com a tecnomorfologia Kaingang predominou; e denominamos de Guarani-Kaingang os sítios nos quais a tecnomorfologia da cerâmica Guarani predominou.

No Sítio **Santa Cruz do Anhumas I**, do Município de Narandiba, das Tradições Guarani-Kaingang, foram verificados quatro líticos polidos, 22 líticos lascados e 527 peças cerâmicas.

No Município de Nantes, foram resgatados dois sítios arqueológicos, ambos da Tradição Kaingang-Guarani. No **Nantes I**, foram verificados 84 líticos lascados e 29 peças **cerâmicas** e no **Nantes II**, foram verificados dois líticos polidos, 126 líticos lascados e 649 peças cerâmicas.

No Município de Anhumas foi resgatado o sítio arqueológico **Tatu Galinha**, que apresentou quatro líticos polidos, 33 líticos lascados e 99 peças cerâmicas das Tradições Guarani-Kaingang.

As datações absolutas desses sítios são relacionadas na **Tabela 2**.

Tabela 2: Datação de Sítios Guarani e Kaingang.

Sítio	Datas
Santa Cruz do Anhumas I	680 ± 50 AP
Nantes I	380 ± 70
Nantes II	480 ± 70
Tatu Galinha	595±65

As análises cerâmicas, fundamentadas no estudo da cadeia operatória, indicam a resiliência tecnológica e estilística de ambos os povos, mesmo em contextos de coabitação territorial. A presença de cerâmica Guarani em assentamentos Kaingang e de cerâmica Kaingang em sítios Guarani sugere interações interétnicas complexas, possivelmente relacionadas às investidas coloniais e ao deslocamento forçado dos Guarani para áreas menos acessíveis, tradicionalmente áreas Kaingang (Faccio et al., 2022). Esses dados arqueológicos reforçam a hipótese de continuidade entre os assentamentos pré-coloniais e aqueles descritos pela Etnografia e pela historiografia, ampliando a compreensão dos sistemas de ocupação indígena no Planalto Ocidental Paulista (Robrahn, 1989, Faccio, 2025).

A monocultura da cana-de-açúcar no Planalto Ocidental Paulista e a sua relação com o registro de assentamentos arqueológicos indígenas Guarani e Kaingang

A Arqueologia de Contrato ou Preventiva, no Brasil, tem início com a Normativa IPHAN 230/2002, que regulamentou ações de preservação do patrimônio arqueológico e histórico no âmbito do licenciamento ambiental. As principais pesquisas arqueológicas no Estado de São Paulo, desde essa data, estiveram voltadas para as áreas de plantio de cana-de-açúcar, que foram sendo ampliadas paulatinamente no Planalto Ocidental Paulista, até os anos 2025-26, devido à dificuldade de se encontrar novas áreas para o plantio e devido ao fato de o setor sucroalcooleiro estar vivendo uma de suas piores crises, houve um arrefecimento nessa expansão.

Contudo, de 2002 a 2026, com o advento da Portaria do IPHAN/2002, deu-se o período de maior número de registros arqueológicos de assentamentos de povos indígenas no Brasil. O IPHAN foi aos poucos regulamentando a prática, por parte dos usineiros e por parte dos arqueólogos, para que ocorresse o registro e - quando fosse o caso - a preservação ou resgate dos sítios arqueológicos presentes nas áreas de plantio de cana-de-açúcar.

As pesquisas arqueológicas nas áreas de plantio de cana-de-açúcar ocorrem, quase sempre, depois que os canaviais já foram plantados, o que impacta a área dos sítios arqueológicos. Então, se por um lado o licenciamento ambiental propiciou o conhecimento, o estudo, a localização e o registro dos assentamentos arqueológicos indígenas, por outro os maquinários agrícolas quebraram os artefatos indígenas, por exemplo, a cada período de reforma do plantio da cana-de-açúcar.

Ainda em 2022, a Resolução SMA 34, de 27 de agosto de 2002, constituiu-se de uma norma do Estado de São Paulo que regulamentou a proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico durante o licenciamento ambiental de empreendimentos que exigem estudos de impacto ambiental. Esse diploma legal, contudo, possibilitava que, para a área de plantio de cana-de-açúcar, um simples diagnóstico, a partir de caminhamentos, basta. Felizmente, essa portaria foi revogada em 2013, pela Resolução SMA 54 – haja vista que uma legislação estadual não pode se sobrepor a uma legislação federal, ou seja, a Portaria IPHAN 230/2002.

Nesse período de 2002 a 2013, muito do território do Planalto Ocidental Paulista foi licenciado pela Secretaria do Meio Ambiente para o plantio de cana-de-açúcar, sem que o IPHAN opinasse sobre o assunto - o que, certamente, ocasionou que dezenas de assentamentos arqueológicos não fossem conhecidos e registrados no site do IPHAN. Nesse período, segundo Rodrigues e Ross (2020), a área ocupada com plantio de cana-de-açúcar cresceu em torno de 1 milhão de hectares, substituindo áreas de pastagens.

Diante do exposto, verifica-se que, por um período aproximado de dez anos, o licenciamento ambiental no Estado de São Paulo e, portanto, no Planalto Ocidental Paulista, ocorreu sem passar pelo parecer do IPHAN - quando houve um avanço do plantio de cana-de-açúcar sobre as áreas de pastagem.

Pela nossa experiência de campo na área da arqueologia, pode-se afirmar que assentamentos arqueológicos indígenas em áreas de pastagens, ainda mais em um período em que não se utilizava curvas de nível ou que elas não eram tão frequentes ou altas, interferia-se muito menos no estado de conservação dos sítios arqueológicos. Somado a

isso, registra-se que as reformas das áreas de pastagens não são frequentes como as reformas nas áreas de plantio de cana-de-açúcar, que ocorrem a cada cinco anos.

Diante do exposto, verifica-se a ação do plantio da cana-de-açúcar e da legislação nas áreas de assentamentos arqueológicos.

Considerações

A preservação dos sítios arqueológicos, apesar de protegidos pela Constituição Federal, depende de uma política eficiente de proteção que torne viável sua conservação, da existência ou disposição de órgãos ou empreendimentos que financiem as pesquisas e da atuação de um maior número de profissionais arqueólogos. A não preservação do ambiente onde estão inseridos os sítios arqueológicos, como é o caso da área onde estão localizados os sítios arqueológicos em estudo, causa a destruição do registro arqueológico, dano irreparável à memória nacional.

Os inúmeros avanços tecnológicos conquistados pelo homem não têm conseguido conter a degradação do ambiente e do patrimônio cultural. Se, por um lado, as conquistas no âmbito da técnica têm propiciado o aperfeiçoamento dos trabalhos e a utilização de equipamentos eficientes, por outro, têm colaborado para a degradação ambiental, sobretudo quando se fala em construção de usinas hidrelétricas e manejo dos solos. Essas questões têm interferido na preservação do ambiente e do patrimônio arqueológico nele contido. O patrimônio nem sempre encontra espaço para preservação, apesar de ser um bem protegido pela União.

As consequências da construção de empreendimentos do nível de uma hidrelétrica, possuem uma amplitude temporal que se inicia com a construção e continua ao longo de sua existência, haja vista o dano provocado, ainda hoje, pelo constante avanço e recuo das águas do lago da UHE da Capivara, aos sítios arqueológicos de Iepê.

A CESP (Companhia Energética do Estado de São Paulo) deveria, antes da formação do Lago da Usina Hidrelétrica da Capivara, ter promovido o salvamento dos sítios arqueológicos que estavam dentro da cota de inundação do seu lago. Apesar do salvamento sistemático não ter ocorrido, o Sr. Roberto Ekman Simões coletou, em superfície, as únicas peças hoje conhecidas do Sítio Arqueológico Capisa, assim como a maior parte das peças do Sítio Terra do Sol Nascente. Da mesma forma as usinas de cana-de-açúcar deveriam realizar o trabalho de pesquisa arqueológica, antes da implantação dos canaviais.

No entanto, de pouco adiantam as leis, as políticas de preservação, os financiamentos e a disponibilidade de arqueólogos, se as pessoas que se deparam com o patrimônio arqueológico não souberem de sua importância e lutarem pela garantia de sua preservação. No Município de Iepê, temos grandes exemplos de cidadania nas pessoas de todos aqueles que, de alguma forma, colaboraram para que o Museu de Arqueologia do município fosse instalado, garantindo proteção, estudo, guarda e exposição a todos os registros arqueológicos resgatados.

Nos casos estudados em Iepê, a área investigada não corresponde à área total dos sítios, pois parte de suas áreas está submersa nas águas do Lado da Hidrelétrica da Capivara, mesmo nos períodos de seca, quando o nível das águas baixa. No caso do Baixo Paranapanema, só conseguiremos ter uma resposta para a investigação completa desses sítios se trabalharmos com as técnicas da arqueologia subaquática.

Com os estudos realizados, conhecemos parte do registro das ocupações de cada um dos sítios Guarani de Iepê. Apesar das limitações, podemos afirmar que, estes, em muito se parecem com os registros dos sítios no Médio e Alto Paranapanema, pesquisados no âmbito do ProjPar desde a década de 1960.

Conclui-se que a articulação entre dados arqueológicos e análises ambientais contemporâneas evidencia a persistência histórica dos povos indígenas no Planalto Ocidental Paulista e os efeitos cumulativos da violência territorial, desde o período colonial até a atual expansão do agronegócio, configura um cenário de violação dos direitos indígenas assegurados pela Constituição Federal de 1988.

Essas considerações buscam sistematizar e apresentar algumas inferências acerca dos trabalhos realizados no Planalto Ocidental Paulista. No entanto, restam, sobretudo, hipóteses e perspectivas de novas etapas de trabalho, a fim de que possamos avançar no conhecimento das populações pretéritas que ocuparam aquela área. Tal empreitada nos motiva, haja vista a riqueza e complexidade que os Sítios Guarani de Iepê, por exemplo, contemplam.

A oportunidade de apresentar essa comunicação sintética marca o momento de nossos estudos na arqueologia, ocasião de mais interrogações que certezas, o que só nos instiga. A crença de fazer avançar, o pouco que seja, o conhecimento da arqueologia regional, com nossa contribuição – em parte, materializada neste trabalho – nos anima a enfrentar os muitos desafios que o ofício de arqueólogo apresenta no Brasil de hoje.

Referências

DI BACO, Hiuri Maciel. **Relatório de Qualificação de Mestrado**. Museu de Arqueologia e Etnologia. USP, 2011.

BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 27 jul. 1961. Disponível em: [Planalto – Lei nº 3.924/1961](#). Acesso em: 30 jun. 2026.

FACCIO, Neide Barrocá. **Estudo do Sítio Arqueológico Alvim no Contexto do Relatório Paranapanema**. 1992. 154 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências – Área de concentração: Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FACCIO, Neide Barrocá. **Arqueologia dos cenários das ocupações horticulturas da capivara, Baixo Paranapanema**. 1998. 295 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências – Área de concentração: Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FACCIO, Neide Barrocá. **Arqueologia Guarani Na Área Do Relatório Paranapanema: Estudo Dos Sítios De Iepê**, SP 2011. 479 f. (Livre Docência em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FACCIO, Neide Barrocá. **A complexidade dos sistemas de assentamentos ameríndios no Planalto Ocidental Paulista vistos a partir da arqueologia: a contribuição do LAG/MAR**. In: Revista Confins, USP, São Paulo – SP, 2019. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/21188?lang=pt>>.

FACCIO, Neide Barrocá. et al. **Relatório de resgate nas áreas dos Sítios Arqueológicos São Luís e Jeriquara, norte do Estado de São Paulo**. FCT/UNESP, 2022.

KASHIMOTO, Emília Mariko. **Geoarqueologia no Baixo Paranapanema: Uma Pesquisa Geográfica de Estabelecimentos Humanos Pré-Históricos**. Dissertação de Mestrado Apresentada a FFLCH da USP, 1992.

PALLESTRINI, Luciana. **Sítio Alves**. Revista do Museu Paulista. São Paulo, SP, 1974.

PALLESTRINI, Luciana. **Interpretação das estruturas arqueológicas em sítios do Estado de São Paulo**. Coleção Museu Paulista, Série Arqueologia, Vol.1, Edição Fundo de Pesquisa do Museu Paulista da USP, São Paulo: 1975.

PALLESTRINI, Luciana. **Projeto Paranapanema: Sítio Arqueológico Nunes – Estado de São Paulo**. Revista do Museu Paulista. Nova Série. Vol. XXXIII. São Paulo, 1988. P. 129 – 142.

RASTEIRO, Renan Pezzi. P. **Arqueologia dos Jê da Bacia do Rio Grande**. 2015. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-11022016-161017/publico/RenanPezziREVISADA.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2025.

RODRIGUES, Renan Pezzi. A. **Os Caçadores-Ceramistas do Sertão Paulista:** um estudo etnoarqueológico da Ocupação Kaingang no Vale do Rio Feio/Aguapeí, São Paulo (Tese de Doutorado na área de Arqueologia), Programa de Pós Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São paulo, 2007, 200f.

Rodrigues, Gelze Serrat de Souza Campos; Ross, Jurandir Luciano Sanches. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil:** perspectivas geográfica, histórica e ambiental. Uberlândia: UDUFU, 2020.

TOSSO, Diana Mirela. **Paisagens holocênicas e povos ceramistas na região dos rios Aguapeí e Peixe:** Contribuições para a história indígena do Alto Rio Paraná. Tese de Doutorado (Linha de pesquisa: Análise e Gestão Ambiental). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2025.